

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
- BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
- AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

Novembro
2000



DISTRIBUIÇÃO NACIONAL • ANO XIII • Nº 144

LANÇADO PROGRAMA DE APOIO DE RISCO À PEQUENA EMPRESA

Nova linha segue as diretrizes do Plano Estratégico 2000 - 2005

A Bndespar criou no mês passado e já está operando um novo programa de apoio às pequenas e médias empresas, com um orçamento inicial de R\$ 300 milhões - podendo chegar a R\$ 500 milhões -, a serem investidos nos próximos cinco anos na subscrição de ações ou de debêntures conversíveis em ações. Intitulado Programa de Apoio às Novas Sociedades Anônimas, a nova linha foi criada em consonância com duas das principais diretrizes do Plano Estratégico do BNDES 2000 - 2005: o apoio às pequenas e médias empresas e o desenvolvimento e fortalecimento do mercado de capitais.

As principais características do novo Programa são a redução da taxa de juros das debêntures e o aumento do limite máximo de participação da Bndespar no capital da empresa a ser apoiada. Esta participação maior é condicionada ao compromisso de adoção, quando da abertura de capital, de parâmetros estatutários que assegurem a prática da governança

corporativa, especialmente com respeito ao direito dos minoritários e transparência das informações.

A taxa de juros aplicável às debêntures será de TJLP (atualmente, 9,75% ao ano) mais 2%. A taxa aplicável aos novos investimentos no âmbito dos outros programas da Bndespar já existentes passou a ser de, no mínimo, TJLP mais 6%. A Bndespar poderá ter uma participação de até 35% no capital futuro da empresa. A participação máxima no âmbito dos outros programas é de 20%.

Objetivos - O Programa tem duplo objetivo: ampliar o suporte já prestado pela Bndespar ao segmento de apoio a pequenas e médias empresas, através de operações de capital de risco; e estimular a adoção de práticas adequadas de governança corporativa, visando criar condições para que uma nova arquitetura societária, por parte das empresas, leve à democratização do mercado de capitais e à ampliação da base de investidores. Desta forma, o Programa possibilita-

rá o desenvolvimento de empresas que tenham como pressuposto tornar o mercado de capitais alternativa fundamental para a captação de recursos destinados ao seu crescimento, relacionando-se com os investidores de forma ética e transparente.

O Programa apóia pequenas e médias empresas com faturamento líquido anual de até R\$ 60 milhões no último exercício e não pertencentes a grupo econômico com patrimônio líquido consolidado superior a R\$ 120 milhões. As empresas deverão, além disso, ter as seguintes características: atuar em nichos de mercado atrativos; dispor de vantagens competitivas em seu mercado; demonstrar perspectivas de rápido crescimento e elevada rentabilidade; e contar com gestão idônea e eficiente.

Dotação inicial é de R\$ 300 milhões podendo chegar a R\$ 500 milhões

REQUISITOS PARA O APOIO DA BNDESPAR

Direito a voto - Ao abrir o capital, a empresa só poderá emitir ações ordinárias (que dão ao acionista direito de voto). E as novas emissões igualmente só serão em ações ordinárias.

Proteção ao minoritário - Em caso de venda do controle ou de participação relevante do capital, o adquirente terá de garantir ao acionista minoritário as mesmas condições de preço e pagamento acordadas com o acionista controlador (tag-along).

Vantagens aos empregados - A companhia terá que implantar um

plano de opção de compra de ações para os empregados.

Transparência - Adicionalmente aos princípios fundamentais de contabilidade em vigor no Brasil, a empresa deverá cumprir, a partir do segundo ano após a abertura do capital, as normas contábeis adotadas internacionalmente.

Preço justo - Em caso de fechamento de capital ou de reembolso das ações de acionistas dissidentes, o único parâmetro para definição do preço das ações será o valor econômico da companhia. Este valor será apurado por empresa especializada.

NOVO FUNDO DE EMPRESAS EMERGENTES

Com o objetivo de capitalizar pequenas e médias empresas de base tecnológica no Estado de Santa Catarina, a Bndespar, o Sebrae, o IEL/SC e outras instituições lançaram em Florianópolis o Fundo Mútuo de Empresas Emergentes de Base Tecnológica (SCTec). O patrimônio previsto do Fundo será de R\$ 12 milhões, podendo chegar a R\$ 24 milhões. Através do novo fundo, as empresas catarinenses terão direito a um aporte individual máximo de recursos de R\$ 1 milhão, a ser realizado com debêntures conversíveis ou ações emitidas

NOVO FUNDO DE EMPRESAS EMERGENTES (Conclusão)

pelas próprias empresas. A participação inicial da Bndespar será de R\$ 3 milhões, mas poderá chegar a R\$ 6 milhões.

Além da Bndespar, que participa como cotista fundador do SCTec, e do Sebrae, o novo Fundo terá como cotistas o Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID/FOMIN) e as fundações catarinenses de previdência Previsão e Celos. O SCTec conta ainda com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), do IEL/SC e da Fundação Certi para análise e busca de bons empreendimentos do setor no Estado.

O lançamento do SCTec faz parte de uma estratégia pioneira da Bndespar de investir, com capital de risco, em pequenas e médias empresas brasileiras que tenham condições para mudar de patamar em seu processo de crescimento. As operações são realizadas através do seu Fun-

do Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes (Finee), que tem um patrimônio de R\$ 25 milhões destinado a participações em empresas que tenham faturamento anual de até R\$ 30 milhões e não pertençam a grupo com patrimônio líquido superior a R\$ 60 milhões. Atualmente a Bndespar é cotista fundadora do RSTec, um fundo com as mesmas características do SCTec que atua no Rio Grande do Sul, e já está estruturando um fundo semelhante para o Estado do Rio de Janeiro.

Para ter acesso ao SCTec, as empresas de base tecnológica precisam ter perspectivas sólidas de crescimento, de rentabilidade e de abertura de capital (se forem de capital fechado), além de mostrarem um diferencial competitivo capaz de assegurar o seu crescimento no longo prazo. Outra exigência é a fundação de seus negócios em produtos ou processos inovadores.

CRÉDITO PARA NOVA FÁBRICA DE PRODUTOS TÊXTEIS EM MINAS

Financiamento de R\$ 10,3 milhões foi concedido pelo BNDES ao Grupo Cedro e Cachoeira, com o objetivo de apoiar os investimentos da empresa na terceira e última etapa do projeto de implantação de nova unidade industrial da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, em Pirapora (MG). O investimento total do projeto é de R\$ 31 milhões. Serão criados 275 empregos diretos durante a execução do empreendimento.

O grupo ocupa a quarta posição no "ranking" do setor têxtil, e

já tem duas empresas, a Cia. de Fiação Cedro e Cachoeira (empresa de capital aberto) e a Cia. de Fiação Cedro Norte, ambas localizadas em Minas, com cinco unidades industriais, localizadas em Pirapora (duas), Caetanópolis (duas) e Sete Lagoas, todas em Minas. Os principais produtos da empresa são brins, índigos, popelines, viscose e tecidos para decoração.

A Santo Antônio será uma fábrica têxtil integrada, contando com os setores de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos. Sua implantação estará concluída em março de 2001.

APOIO À EXPANSÃO DO GRUPO KLABIN: INVESTIMENTOS AUMENTARÃO AS EXPORTAÇÕES

Dois financiamentos foram aprovados pelo BNDES para empresas do Grupo Klabin, somando R\$ 241,5 milhões, sendo o maior deles – R\$ 169,3 milhões – para apoiar um projeto de modernização e aumento da capacidade de produção de celulose da Klabin Riocell em Guaíba, Rio Grande do Sul. O outro financiamento, no valor de R\$ 72,1 milhões, destina-se a um amplo programa de investimentos da Indústrias Klabin (principal empresa do Grupo) que inclui a modernização das fábricas da Klabin Celucat (unidade responsável pela produção de sacos e envelopes de papel) em Santa Catarina; a execução de um programa trienal de reflorestamento; e investimentos sociais em saúde, educação ambiental e cultura. O investimento total da empresa nos dois empreendimentos é de R\$ 435,2 milhões. Serão gerados 250 empregos diretos durante as obras.

Num dos projetos, a Klabin investirá na modernização da máquina de papel na fábrica de Correia Pinto (SC) e na instalação de duas linhas de conversão de sacos e envelopes na fábrica de Lages (SC). Na fábrica de Correia Pinto o investimento trará melhoria da qualidade do papel e aumento de produtividade, reduzindo os custos e ampliando a produção de papel *kraft* de 102 para 110 mil toneladas/ano. Haverá também um programa de reflorestamento que engloba ampliação, reforma e ma-

nutenção de florestas de pinus (3.600 hectares até 2002) em Santa Catarina, e de florestas de pinus e eucalipto (13.200 hectares até 2002) no Paraná.

O projeto inclui ainda importantes investimentos sociais, dentre os quais destaca-se a construção de um hospital no município de Telêmaco Borba, no Paraná.

O financiamento à Klabin Riocell, de R\$ 169,3 milhões, visa, além da expansão e modernização da fábrica de celulose e papel em Guaíba (RS), a concentração da produção em um único produto – a celulose branqueada de eucalipto ECF. Como resultado espera-se o aumento da produção anual de 300 para 370 mil toneladas. Esse incremento da produção terá como consequência um aumento na geração de divisas para o País, uma vez que a empresa exporta quase 90% do volume de sua produção. Em 1999, as vendas líquidas da Riocell foram de R\$ 293 milhões, dos quais R\$ 225 milhões em exportações.

O Grupo Klabin é a maior empresa integrada de produtos florestais da América Latina. É líder nacional de mercado nos setores de caixa de papelão e papéis sanitários. Hoje conta com quase 8 mil funcionários próprios e 5.500 contratados de empresas prestadoras de serviços. Tem uma área total de 349 mil hectares de terras localizadas na região Sul do país, dos quais 206 mil hectares de florestas plantadas e 112 mil de florestas nativas preservadas.

INFORMAÇÕES

☐ PARA OBTER INFORMAÇÕES SOBRE AS LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BNDES, LIGUE PARA AS CENTRAIS DE ATENDIMENTO DO BANCO:

Rio de Janeiro:

Tel.: (021) 277-7081 Fax: (021) 220-2615

Brasília, São Paulo, Recife e Belém:

Telefones e faxes no quadro ao lado

☐ CONSULTE TAMBÉM A HOME-PAGE DO BNDES NA INTERNET:
<http://www.bndes.gov.br>

INFORME BNDES

Produção e edição: Gerência de Imprensa/Área de Relações Institucionais do BNDES
(21) 277-7191/7096/7294

Av. Chile 100

Rio de Janeiro - RJ Cep: 20139-900
PABX (21) 277-7447 / 277-6978

BRASÍLIA

Setor Bancário Sul - Conj. 1
Bloco E - 13º andar -
Cep: 70076-900
Tel.: (61) 322-6251
Fax: (61) 225-5179

SÃO PAULO

Av. Paulista 460 - 13º andar
Cep: 01310-904
Tel: (11) 251-5055
Fax: (11) 251-5917

RECIFE

Rua Antônio Lumak do Monte 96
6º andar
Cep: 51020-350
Tel: (81) 465-7222
Fax: (81) 465-7861

BELÉM

Av. Pres. Vargas, 800 sala 1007
Cep: 66017000
Tel: (91) 216-3540
Fax: (91) 224-5953

CRÉDITO DE R\$ 300 MILHÕES PARA PROJETO DE HIDRELÉTRICA DO "AVANÇA BRASIL" EM TOCANTINS

Mais energia para as regiões Norte e Centro-Oeste. O BNDES está apoiando com R\$ 300 milhões o projeto de implantação da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, com 850 megawatts de potência, localizada no rio Tocantins. A energia gerada pela usina irá abastecer todo o Estado do Tocantins e ainda suprir o Centro-Oeste – regiões em plena expansão e com necessidade crescente em energia.

Com um investimento total de R\$ 1,12 bilhão, a usina está prevista no Programa de Ações Emergenciais, lançado pelo Ministério de Minas e Energia em outubro do ano passado com o objetivo de viabilizar o aumento da oferta de energia até 2003. Foi um dos projetos identificados pelo estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento como excelente oportunidade de investimentos privados e, nesta condição, é um dos empreendimentos prioritários do Programa Avança Brasil – o Plano Plurianual para o período 2000-2003.

A hidrelétrica está localizada no médio Tocantins, a 50 quilômetros de Palmas e a 28 quilômetros das cidades Miracema do Tocantins e Tocantínia.

As obras de construção, que irão criar cerca de 5 mil empregos diretos, iniciaram-se em julho de 1998 e deverão estender-se até meados de 2002. Em dezembro de 2001 haverá o enchimento

do reservatório. As cinco unidades geradoras deverão entrar em operação em janeiro, fevereiro, maio, agosto e novembro de 2002.

A usina fará parte do Sistema Interligado, conforme determinação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Será incorporada aos sistemas de transmissão Sul-Sudeste-Centro-Oeste e Norte-Nordeste, passando assim a participar do intercâmbio de energia entre as várias regiões do País. A energia excedente poderá ainda atender, através da Interligação Norte-Sul, às regiões em que há maior carência de energia, notadamente o Sudeste.

O financiamento do BNDES será concedido para a empresa Investco, uma SPE - Sociedade de Propósito Específico - criada para participar da licitação realizada pela Aneel em 1997, com o objetivo de construir a usina hidrelétrica. A Investco, que ganhou a concessão por um período de 35 anos, tem o seu capital constituído pelas empresas Rede Lajeado, com 45% de participação; EDP Lajeado, com 28%; CEB Lajeado, com 20%; e CPEE Lajeado, com 7%, cada uma delas também uma SPE constituída especialmente para executar o projeto. A Rede Lajeado pertence ao grupo Rede, que tem como "holding" operacional a empresa Caiuá. A EDP Lajeado pertence à Electricidade de Portugal (EDP), que detém também o controle acionário da

Bandeirante Energia e participa em outras distribuidoras como Cerj (RJ) e Escelsa (ES). A CEB é uma empresa pública distribuidora de energia que atende a toda a área do Distrito Federal. A Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE) é uma concessionária privada de serviços públicos que atua em 15 municípios paulistas e três de Minas Gerais. Em 1999 seu controle acionário foi adquirido pela CMS Energy.

Do total de R\$ 1,12 bilhão de gastos previstos para a construção da usina, 41% serão investimentos dos acionistas da Investco; 27% oriundos de financiamento do BNDES; 18% de financiamento da Eletrobrás; 7% de venda da energia quando a primeira turbina entrar em operação; 5% do Fundo de Incentivo da Amazônia (Finam); e 2% do Banco da Amazônia (Basa).

Dos R\$ 300 milhões do financiamento do BNDES, R\$ 180 milhões serão liberados mediante operação direta com o Banco e R\$ 120 milhões através de repasse pelo Banco Itaú, na condição de agente financeiro repassador de recursos do BNDES. Em março último o BNDES aprovou um empréstimo-ponte de R\$ 100 milhões através de repasse do Itaú, para evitar atrasos no andamento das obras. Estes recursos, liberados em março e abril, já estão incluídos no total de R\$ 300 milhões agora contratado.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE HOSPITAIS EM NATAL E SÃO LUÍS

A diretoria do BNDES aprovou a concessão de apoio financeiro para projetos de modernização e ampliação de dois hospitais no Nordeste, totalizando R\$ 6,2 milhões. Foram beneficiados o Natal Hospital Center, em Natal, com financiamento de R\$ 5,7 milhões; e o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, que receberá apoio financeiro não reembolsável no valor de R\$ 503 mil.

Natal - O Natal Hospital Center vai investir R\$ 13,17 milhões no projeto que resultará, em uma primeira etapa, na criação de 97 leitos. Serão 62 leitos no setor de internação, 15 de UTI, 15 no pronto socorro e cinco leitos no setor de recuperação pós-cirurgia cardíaca. Na segunda etapa o hospital contará com mais 58 leitos. O empreendimento vai criar 267 empregos diretos.

No prédio, que está em fase final de

construção, em um terreno de cerca de 3 mil metros quadrados, serão também instaladas unidades de hemodinâmica, ultrassonografia, ecocardiografia, endoscopia, raios-x, centro cirúrgico, laboratório e patologia clínica, além de unidades de emergência nas especialidades de clínica médica, cardiologia e neurologia. Durante as obras serão gerados 50 empregos diretos e 150 indiretos.

São Luís - A colaboração financeira para o Hospital Universitário da Universidade do Maranhão foi concedida com recursos do Fundo Social do BNDES, destinado ao Programa de Apoio à Crianças e Jovens em Situação de Risco. Está sendo aplicada na instalação de uma unidade "Mãe-Canguru" e na melhoria do atendimento neonatal.

O "Mãe-Canguru" é um método eficaz de atendimento ao bebê prematuro, com uma ótima relação custo-benefício e

melhoria da qualidade de vida. O bebê sai da incubadora e permanece junto ao colo da mãe, com a cabeça encostada no seu coração, o que melhora os batimentos cardíacos, a respiração e o controle da temperatura. A posição "canguru", mantendo o bebê inclinado, impede o refluxo do alimento para o pulmão e permite um maior contato com a mãe. Geralmente, os bebês prematuros ficam em incubadoras semanas ou até meses enquanto as mães vão para casa, o que posterga a criação do vínculo afetivo e provoca o desmame precoce.

A unidade neonatal do hospital é a única no Estado que utiliza o "Mãe-Canguru". Mas o espaço atual não conta com uma infra-estrutura adequada para atender à demanda de internações e oferecer boas condições de acomodação às mães dos bebês prematuros. Com os investimentos, o hospital pretende tornar-se um centro de treinamento e divulgação do método.

ELEKTRO, PRIVATIZADA EM 98, FAZ INVESTIMENTO DE R\$ 310 MILHÕES

Financiamento de R\$ 110 milhões foi aprovado pelo BNDES para a Elektro Eletricidade e Serviços S.A., empresa criada em São Paulo em decorrência da cisão da Cesp e privatizada em junho de 1998. Os recursos serão utilizados no programa de investimentos da empresa em execução no quadriênio 1999/2002, que inclui modernização e melhoria dos sistemas de distribuição de energia, expansão da rede, aumento da eletrificação rural, e controle e automação de processos. O objetivo principal é melhorar a qualidade da distribuição de energia no Estado de São Paulo, tanto nos aspectos técnicos quanto no que diz respeito ao atendimento ao consumidor.

O investimento total previsto no projeto é de R\$ 310 milhões, dos quais R\$ 200 milhões serão recursos próprios da Elektro. O BNDES financia assim o empreendimento com apenas cerca de 35% dos gastos totais, o que corresponde a uma alavancagem na proporção de um real de crédito para praticamente três de investimentos, de acordo com as diretrizes do novo Plano Estratégico do BNDES para o período 2000-2005. O financiamento será repassado pelos bancos Bradesco e Itaú, que compartilham o risco de crédito da operação, atuando na condição de agentes financeiros credenciados para repasse de recursos do BNDES.

A Elektro foi constituída em janeiro de 1998 no âmbito do processo de privatização do setor elétrico paulista. Coube-lhe a parte de distribuição de energia elétrica antes exercida pela

Cesp. Tornou-se assim concessionária em 223 municípios de São Paulo e em cinco de Mato Grosso do Sul, atendendo a uma população de cerca de 6 milhões.

Dentre os investimentos incluídos no projeto da Elektro destacam-se: eletrificação rural – atendimento aos usuários do Programa “Luz da Terra”, do Governo de São Paulo, que leva energia elétrica a áreas rurais carentes, contribuindo para a redução do êxodo rural; redes elétricas – estes investimentos se destinam às atividades mais diretamente ligadas aos clientes finais da empresa e têm acentuado impacto nos indicadores de qualidade e desempenho pelos quais a concessão é avaliada; construção e ampliação de subestações e linhas de transmissão; auto-mação de redes e subestações; renovação completa da frota de serviço que, na média, tem mais de dez anos; sistemas de informação e telemática – inclui a atualização tecnológica de sistemas pré-existentes, a ampliação de outros e a aquisição de novos nas áreas de engenharia, de atividades comerciais e de integração gerencial, além da modernização da rede de telecomunicação (voz e dados) própria da empresa que vai integrar 72 localidades, mil equipamentos de acesso e 950 unidades móveis.

No leilão de privatização a Elektro teve 89,98% do seu controle acionário adquirido pela Terraço Participações Ltda., empresa constituída para participar do leilão e integralmente pertencente à Enron Corporation, grupo norte-americano que atua no setor de energia.

DESEMPENHO

PEDIDOS DE FINANCIAMENTO, APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS

JANEIRO/SETEMBRO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	ACUMULADO NO ANO		
	1999	2000	VARIAÇÃO %
CONSULTAS (pedidos de financiamento)	24.688	30.360	23
ENQUADRAMENTOS (pedidos enquadrados como passíveis de apoio)	24.826	30.673	24
APROVAÇÕES	11.377	14.172	25
DESEMBOLSOS	11.030	12.213	11

(Fonte: BNDES/AP)

DESEMBOLSOS POR SETORES

JANEIRO/SETEMBRO (R\$ milhões)

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	VALOR 1999	VALOR 2000
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	176	58
AGROPECUÁRIA	943	1.305
INDÚSTRIA	5.703	5.504
Alimentos / Bebidas	831	718
Têxtil / Confecção	311	237
Couro / Artefatos	37	54
Madeira	66	137
Celulose / Papel	231	152
Refino Petróleo e Coque	96	17
Produtos Químicos	275	217
Borracha / Plástico	149	110
Produtos minerais não-metálicos	72	103
Metalurgia básica	597	1.310
Fabricação produtos metálicos	156	76
Máquinas e equipamentos	403	355
Fabricação máq. e apar. eletroeletrônicos	194	232
Fabr. e montagem veículos automotores	1.008	731
Fab. outros equip. de transporte	1.216	993
Outras indústrias	61	62
INFRA-ESTRUTURA / SERVIÇOS	4.208	5.346
Prod. e distr. eletricidade, gás e água	1.163	811
Construção	255	387
Transporte terrestre	565	775
Transporte aquaviário	104	71
Transporte aéreo	220	2
Transportes - atividades correlatas	99	270
Telecomunicações	752	1.593
Comércio	507	601
Alojamento e Alimentação	56	61
Intermediação Financeira	119	136
Educação	109	136
Saúde	106	259
Outros	153	244
TOTAL	11.030	12.213

(Fonte: BNDES/AP)

OS DESEMBOLSOS DO BNDES E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS FINAME E BNDESPAR TOTALIZARAM R\$ 12,2 BILHÕES DE JANEIRO A SETEMBRO DESTES ANO, COM CRESCIMENTO DE 11% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO PASSADO. FORAM REALIZADAS 80.102 OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DAS QUAIS 72.605 FORAM PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

COM BASE NO “MODELO DE GERAÇÃO DE EMPREGOS DO BNDES”, OS RECURSOS DESEMBOLSADOS PERMITIRÃO A MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE 1.779 EM-

PREGOS EFETIVOS (DIRETOS, INDIRETOS E EFEITO RENDA).

AS APROVAÇÕES DE FINANCIAMENTO TIVERAM CRESCIMENTO DE 25% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO PASSADO. O MAIOR VOLUME DE RECURSOS FOI APROVADO PARA O SETOR INDUSTRIAL, COM R\$ 6,8 BILHÕES, E CRESCIMENTO DE 11%. PARA O SETOR DE INFRA-ESTRUTURA AS APROVAÇÕES SOMARAM R\$ 4,5 BILHÕES; PARA AGROPECUÁRIA, R\$ 1,32 BILHÃO; PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS, R\$ 1,06 BILHÃO; E PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE, R\$ 383 MILHÕES.